

Ezequiel Martins Ferreira
(Organizador)

GÊNERO E SEXUALIDADE: Lugares, história e condições



Atena
Editora
Ano 2022

Ezequiel Martins Ferreira
(Organizador)

GÊNERO E SEXUALIDADE: Lugares, história e condições



Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^o Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^o Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^o Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^o Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^o Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^o Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^o Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^o Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^o Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^o Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^o Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^o Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^o Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Gênero e sexualidade: lugares, história e condições

Diagramação: Daphynny Pamplona
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Ezequiel Martins Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G326 Gênero e sexualidade: lugares, história e condições /
Organizador Ezequiel Martins Ferreira. – Ponta Grossa -
PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0078-3

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.783221703>

1. Identidade de gênero. 2. Sexualidade. I. Ferreira,
Ezequiel Martins (Organizador). II. Título.

CDD 306.765

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A coletânea *Gênero e sexualidade Lugares, história e condições*, reúne neste volume dezoito artigos para problematizar as relações de gênero na contemporaneidade.

A partir da virada do século XIX para o XX, com o advento da Psicanálise, estudando a histeria e se questionando sobre o que quer uma mulher, e com as discussões em torno das Ciências Sociais e Humanas, que procuravam encontrar um lugar social para os homens e mulheres, e sobretudo, com o advento das pesquisas culturais e feministas, indagando sobre a participação dos grupos minoritários na sociedade, as pesquisas sobre sexualidade e gênero ganham espaço nos meios acadêmicos.

Do questionamento sobre como se constrói uma mulher, à despatologização da homossexualidade, e à luta pela igualdade de direitos, um leque infinito de possibilidades discursivas é aberto, na tentativa tanto de remediar os efeitos danosos de intolerância e tradicionalismo, quanto de construção de subjetividades impares.

Espero que pela leitura dos textos que se seguem, uma abertura crítica sobre a diversidade das possibilidades de leituras sobre a questão do gênero surja para cada leitor.

Uma boa leitura a todos!

Ezequiel Martins Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

AMOTINADAS: TEATRO COM PRÁTICA PEDAGÓGICA DE (RE)EXISTÊNCIA

Luciana de Fátima Rocha Pereira de Lyra


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7832217031>

CAPÍTULO 2..... 9

AS REPRESENTAÇÕES DO FEMINISMO NA HEROÍNA CAPITÃ MARVEL: UMA ANÁLISE FILMOGRÁFICA DO PROTAGONISMO FEMININO NO MARVEL CINEMATIC UNIVERSE (MCU)

Thayline de Freitas Bernadelli

Márcio José Pereira


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7832217032>

CAPÍTULO 3..... 23

CORPOS INTERSEXOS NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO

Bruna Silveira Chaves

Ludmila Mourão


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7832217033>

CAPÍTULO 4..... 35

GÊNERO, ESTÁ NOS PLANOS DA UNIVERSIDADE?

Rosangela Wojdela Cavalcanti


Nanci Stancki da Luz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7832217034>

CAPÍTULO 5..... 48

LA ESCUELA, UNA ACTORA RESPONSABLE PARA ERRADICAR LA VIOLENCIA A LAS MUJERES A PARTIR DEL DESARROLLO DE CAPACIDADES

Daniela Francisca Lagos Chávez


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7832217035>

CAPÍTULO 6..... 54

MATERNIDAD COMO OBJETO DE “SALUD”. DISCURSOS, GÉNERO Y CULTURA CONTEMPORÁNEA RESPECTO AL USO DE TECNOLOGÍAS DE REPRODUCCIÓN HUMANA ASISTIDA

Leila M. Passerino


Noelia S. Trupa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7832217036>

CAPÍTULO 7..... 69

O “NÃO MAIS” E O “AINDA NÃO” NA ESCOLARIZAÇÃO DAS FILHAS DE MULHERES ANALFABETAS


Marileia Gollo de Moraes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7832217037>

CAPÍTULO 8..... 79

POLÍTICA EDUCACIONAL E GÊNERO(S) EM ARAGUAÍNA-TO (2015-2017): DIÁLOGOS SILENCIADOS?


Fátima Maria de Lima
Osmar Oliveira de Moura
Patrícia Fonseca Dias Miranda
Luciane Cardoso do Nascimento Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7832217038>

CAPÍTULO 9..... 86

REFLEXÕES ACERCA DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NEGRAS E A NECROPOLÍTICA NO CONTEMPORÂNEO


Elenson Gleison de Souza Medeiros
Rafaelly Cristina Santos da Silva
Pâmela Fernanda Vaz Ferreira
Cyntia Santos Rolim
Valber Luiz Farias Sampaio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7832217039>

CAPÍTULO 10..... 98

TRANSMASCULINIDADE EM “A QUEDA PARA O ALTO” (1982), DE ANDERSON HERZER

Melissa Salinas Ruiz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78322170310>

CAPÍTULO 11 109

LA ESCOLARIZACIÓN Y SU INCIDENCIA EN LA EDUCACIÓN INTERCULTURAL: ESTUDIO DE CASOS EN CONTEXTOS MULTICULTURALES EN EL MARCO DE LA REFORMA EDUCACIONAL CHILENA


Daniela Francisca Lagos Chávez

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78322170311>

CAPÍTULO 12..... 120

VIOLÊNCIA FINANCEIRA: ANÁLISE DAS NOTIFICAÇÕES NO ESPÍRITO SANTO NO PERÍODO de 2011 a 2018

Elisa Aparecida Gomes de Souza
Franciéle Marabotti Costa Leite
Gracielle Pampollim
Gabriela Ravete Cavalcante
Márcia Regina de Oliveira Pedroso
Edleusa Gomes Ferreira Cupertino
Fábio Lúcio Tavares

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78322170312>

CAPÍTULO 13..... 133

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER E SUA LIGAÇÃO COM OS CASOS DE

FEMINICÍDIO


Ionara da Silva Soares
Bruna Thairla Soares Salazar
Marcia Juliana Barbosa da Silva
Mariana Monteiro Freitas
Marcia Regina Pereira Bilio
Pedro de Sousa Vieira
Wayla Kelly de Lima Martins
Rayane Silva Magalhaes Costeira
Graciete Rodrigues dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78322170313>

CAPÍTULO 14..... 142

PATRIARCADO, MACHISMO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER


Jaiani Vitor da Silva
Djane Alves Victor
Alexsandra Felipe de Andrade
Maria Aldene da Silva Monteiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78322170314>

CAPÍTULO 15..... 154

UMA REVISÃO SOBRE O ESTIGMA DA MULHER OBESA: O EXCESSO DE PESO SOBRE O CORPO GORDO


Nathália Matoso de Vasconcelos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78322170315>

CAPÍTULO 16..... 164

PARTO NA PERIFERIA: A INSERÇÃO DE EXPERIÊNCIAS MARGINAIS NO MOVIMENTO DE HUMANIZAÇÃO AO PARTO E NASCIMENTO NA CIDADE DE SÃO PAULO


Laura Carvalheira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78322170316>

CAPÍTULO 17..... 176

ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO DAS IMIGRANTES VENEZUELANAS NO CONTEXTO URBANO DE BOA VISTA/RR


Alessandra Rufino Santos


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78322170317>

CAPÍTULO 18..... 190

DESEMPENHO DE MENINOS E MENINAS EM TESTES DE LEITURA, ESCRITA, ARITMÉTICA, ATENÇÃO E LOCALIZAÇÃO ESPACIAL

Andréia dos Santos Felisbino Gomes
Viviani Massad Aguiar
José Salomão Schwartzman

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78322170318>

CAPÍTULO 19.....	213
REFLEXÕES DO OLHAR SOBRE O HOMEM E A MULHER NA PRÁTICA DOCENTE NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Fábia Cristina Santos	
Ezequiel Martins Ferreira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.78322170319	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	227
ÍNDICE REMISSIVO.....	228

CAPÍTULO 9

REFLEXÕES ACERCA DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NEGRAS E A NECROPOLÍTICA NO CONTEMPORÂNEO

Data de aceite: 01/02/2022

Data de envio: 05/02/2022.

Elenson Gleison de Souza Medeiros

Centro de Referência de Assistência Social -
CRAS.
Capanema, Pará, Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/6120372804337114>

Rafaelly Cristina Santos da Silva

Psicóloga do Sistema Prisional Pará / CRPP-V.
Belém, Pará, Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/2197268528843991>

Pâmela Fernanda Vaz Ferreira

UNINASSAU.
Belém, Pará, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0003-4950-1159>

Cyntia Santos Rolim

Psicóloga atuante da Clínica.
Belém, Pará, Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/8396733732716269>

Valber Luiz Farias Sampaio

UNINASSAU.
Belém, Pará, Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/7287932595652905>

RESUMO: A violência contra às mulheres se perfaz enquanto uma questão de saúde pública, atingindo inúmeras mulheres por todo o mundo. Segundo dados do Data Senado e do Observatório da Mulher contra a Violência (2021), cerca de 7, 86% afirmam que houve aumento na violência cometida contra pessoas

do sexo feminino durante o último ano. Ou seja, os números foram crescentes durante os últimos anos com o processo de isolamento social, que surgiu como estratégia para evitar a proliferação da COVID-19. Não obstante, as mulheres negras enfrentam mais obstáculos em diversos aspectos de suas vidas, sobretudo no que tange as discussões acerca das pautas de gênero. Dessa forma, presente texto propõe problematizar a violência contra às mulheres negras no contemporâneo. A perspectiva de análise parte de um contexto relacional baseada nas relações de poder que se constituem na sociedade, assim como nas produções subjetivas que efetivam práticas, é o que denominamos de Psicologia Social Foucaultiana. Como estratégia metodológica, recorreremos às análises históricas através conteúdos - textos, dados, documentos, legislações, dentre outros - que envolvam a temática em tela. A partir das informações obtidas, pôde-se identificar que aspectos histórico-culturais consolidam diversas engrenagens no âmbito social, que auxiliam na manutenção das relações no contemporâneo. Dessa forma, a própria legitimidade das mulheres negras diante de suas demandas voltadas às violências é, por vezes, silenciada, como produção da necropolítica brasileira contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Violência. Mulheres negras. Aspectos Histórico-Culturais. Necropolítica.

THOUGHTS REFLECTIONS ABOUT
VIOLENCE AGAINST BLACK WOMEN
AND CONTEMPORARY NECROPOLITICS

ABSTRACT: The violence against women is a

public health issue, affecting countless women around the world. According to data from the Data Senate and the Observatory of Women against Violence (2021), about 7.86% say that there has been an increase in violence committed against females during the last year. In other words, the numbers have increased over the last few years with the process of social isolation, which emerged as a strategy to prevent the spread of COVID-19. Nevertheless, black women face more obstacles in various aspects of their lives, especially with regard to discussions about gender guidelines. In this way, this text proposes to problematize violence against black women in the contemporary world. The analysis perspective starts from a relational context based on the power relations that are constituted in society, as well as on the subjective productions that effect practices, it is what we call Foucaultian Social Psychology. As a methodological strategy, we resort to historical analysis through content - texts, data, documents, legislation, among others - that involve the theme in question. From the information obtained, it was possible to identify which historical-cultural aspects consolidate several gears in the social sphere, which help in the maintenance of relationships in the contemporary world. In this way, the very legitimacy of black women in the face of their demands aimed at violence is sometimes silenced, as a production of contemporary Brazilian necropolitics.

KEYWORDS: Violence. black women. Historical-Cultural Aspects. Necropolitics.

APRESENTAÇÃO

A violência contra a mulher é uma questão de saúde pública, uma vez que atinge mulheres de todas as classes sociais e dos mais variados níveis de formação cultural, religiosa, educacional ou profissional. O impacto no contemporâneo possui base histórico-cultural, tendo inclusive diante da legislação a utilização do termo “feminicídio” de modo recente na América Latina, figurando apenas por volta do ano 2000, sendo o Brasil um dos últimos países a utilizá-lo com a sanção da Lei do Feminicídio, consolidada pela ex-presidenta Dilma Rousseff, diante da lei de nº 13.104 (HAUBER, 2020). Tardamente, no Brasil, apenas no ano de 2006 entrou em vigor a Lei nº 11.340/2006, denominada Lei Maria da Penha¹, no intuito de coibir os crimes contra mulheres. Esta Lei estipulou as diversas formas de violência, sendo elas: sexual, patrimonial, física, moral e psicológica.

Assim, observa-se que antes da existência da referida Lei, os crimes contra mulheres eram tidos com menor potencial ofensivo, e não havia dispositivos legais para punir os agressores, e muitas vezes as punições eram a execução de trabalhos comunitários ou pagamento de cestas básicas. Mas, a partir do momento que esta lei entrou em vigor, esta realidade vem mudando. Ainda segundo Hauber (2020), mesmo com a relevância no processo de garantias e defesa das mulheres, há apontamentos que afirmam que a referida

¹ Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres, da Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar (BRASIL, 2021).

lei não conseguiu reduzir significativamente os casos de violência contra a mulher no Brasil.

Os números exatos de prevalência do abuso nos relacionamentos podem ser difíceis de definir, uma vez que estes estão diretamente ligados a casos de violência doméstica, que por sua vez, ocorrem e sua maior parte na residência da vítima ou nas proximidades dela, sendo que grande parte dela também não é relatada (SILVA, 2008).

Observa-se que a violência contra a mulher tem como forte aliado a consolidação do patriarcado e a sociedade machista que vivemos. Nesse sentido, coadunamos à Butler (2003) quando afirma que as subjetividades apresentadas diante do feminino partem de uma perspectiva de subalternização, que engloba parâmetros de exclusão socioeconômica e física. Esse favorecimento é designado por aspectos que estão predispostos na história, tal como na cultura de uma lógica patriarcal e que envolvem papéis sociais².

Destarte, no contemporâneo diante da situação pandêmica ocasionada por conta do Coronavírus - COVID19 e suas variantes -, o qual o isolamento social é umas das formas mais eficazes de prevenção da proliferação do vírus, é notório que as pessoas ficaram em suas residências, tendo suas atividades diárias alteradas e mantendo distanciamento social.

Neste sentido, com homens e mulheres ficando mais tempo dentro de suas casas, pode ter propiciado o aumento da violência contra a mulher, como afirma o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (2021). Os dados baseiam-se na quantidade de denúncias de violência contra as mulheres recebidas no canal 180, que cresceu quase 40% ao compararmos o mês de abril de 2020 e 2019.

Segunda a pesquisa realizada pelo Instituto Data Senado e do Observatório da Mulher contra a Violência (2021)³, cerca de 7, 86% - das 3 mil mulheres ouvidas - afirmam que houve aumento na violência cometida contra pessoas do sexo feminino durante o último ano. Destas, 71% das afirmam que o Brasil é um país muito machista; 68% das brasileiras conhecem uma ou mais mulheres que sofreram algum tipo de violência doméstica ou familiar e 27% declaram já ter sofrido algum tipo de agressão por um homem. Nesse sentido, torna-se inevitável o atrelamento da violência ao âmbito dos estudos de gênero.

Cabe destacar que os dados apontam que mulheres negras são os maiores números de vítimas de violência contra as mulheres, segundo a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (2021)⁴.

Nesse sentido, objetivou-se refletir acerca da violência contra as mulheres no contemporâneo, partindo de uma perspectiva galgada no aspecto relacional, de como ocorrem e de que forma ocorrem os governos de condutas. Assim como das composições

2 Lane (2006, p. 13), em “[...] cada grupo social encontramos normas que regem as relações entre os indivíduos, algumas são mais sutis, ou restritas a certos grupos, como as consideradas de “bom-tom” [...]”.

3 Fonte: < Violência contra a mulher aumentou no último ano, revela pesquisa do DataSenado — Senado Notícias >.

4 Fonte: < <https://www.camara.leg.br/noticias/832964-mulheres-negras-sao-maioria-das-vitimas-de-feminicidio-e-as-que-mais-sofrem-com-desigualdade-social/> >.

de práticas que produzem processos de subjetivação. É o que denominamos de Psicologia Social Foucaultiana, coadunando Hüning e Scisleski (2018). Como estratégia metodológica, recorreremos às análises histórico-culturais através conteúdos - textos, dados, documentos, legislações, dentre outros - que envolvam a temática em tela.

PATRIARCADO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.

Nossa sociedade é marcada pelo predomínio do patriarcado⁵ e por consequência, o machismo estrutural⁶ ainda é uma forma de dominação. Sendo naturalizado e colocando mulheres em situação de violências e preconceitos. No entanto, atualmente vem crescendo diversos movimentos apoiados por pautas feministas, que buscam romper com essa estrutura social, garantir os direitos das mulheres e construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Historicamente, o termo machismo foi trazido para a América Latina para identificar negativamente os homens latino-americanos quando os espanhóis vieram ao “novo mundo”. Estes, tradicionalmente, usavam o termo *caballero* / *caballerosidad* para dar um título de honra, cavalheirismo e respeito aos homens que possuíam cavalos e se sentavam perto do topo do sistema de classes (HIRIGOYEN, 2006). Com o tempo, *caballer* passou a ser a identidade da masculinidade na Europa.

No entanto, quando a coroa veio para a América Latina, eles não podiam permitir que todos os homens (indígenas, mestiços e espanhóis) caíssem sob a mesma identidade, porque os latinos eram considerados incivilizados e/ou selvagens. Assim, o machismo adentra outras formas de distinguir a masculinidade latina - violenta e desrespeitosa - da masculinidade europeia - honrada e elegante (TAQUETTE, 2010). Mediante às características de dominação, incivilidade e superioridade sexista impregnada ao termo, a presença do machismo na sociedade, possui uma ligação direta ao abuso em relacionamentos onde há essa superioridade e dominação do homem sobre a mulher (MARQUES, 2005).

Assim, as lógicas de controle e dominação inseridas na sociedade ganham outro contorno quando falamos das relações afetivas/conjugais. Zanello (2018) nos aponta que o aspecto de gênero é um determinante fundamental para as análises dos processos relacionais na sociedade contemporânea. Este conceito é significativo para pensarmos o âmbito das relações que essas docilidades são encaradas como um controle dos corpos femininos, através do que a autora denomina de “prateleira do amor”. Um dispositivo subjetivo que permite que as mulheres estejam sempre dispostas a serem conquistadas e dominadas por aspectos ligadas às romantizações e determinações de fomento de desejo.

5 Aguiar (2000) afirma que o patriarcado é similar ao modelo de escravidão que conhecemos, uma vez que podemos pensar no poder exercido pelo homem em relação à mulher. Para o autor, este sistema social impõe a submissão de mulheres aos homens que as rodeiam, como pais, esposos e irmãos. E a estas mulheres, o lugar que as cabe neste sistema é o ambiente doméstico.

6 É a forma como posicionamos os ideais de ser mulher e ser homem dentro de uma sociedade, definindo e dividindo papéis em razão do gênero e dando um tratamento desigual para as pessoas (DE OLIVEIRA, OLIVEIRA E CARDOS, 2020, p. 96).

Vale ressaltar que o processo capitalista também favorece o “lugar” com o qual a mulher é inserida para cumprir com seu papel social, na questão da feminilidade e reprodução, na medida em que o papel do cuidado do marido e dos/as filhos/as diante da família, o papel do casamento e suas determinações comportamentais, e, conseqüentemente o lugar simbólico que atrela a mulher aos ditames do lar (KHEL, 2007; FEDERICI, 2017).

Alves e Pintanguy (1991) corroboram deste pensamento ao referir que até meados do século XIX os interesses masculinos permeavam e administravam a vida das mulheres, pois neste contexto, as mulheres deveriam exclusivamente obedecer a ordens de seu pai e posteriormente de seu esposo, além de ser vista “como um objeto de procriação”.

Segundo Cisne (2014), o patriarcado nomeia as desigualdades existentes na sociedade quando se refere a homens e mulheres. Quando se fala em patriarcado, estamos falando de relações que envolvem poder de homens sobre mulheres e que se configura como relações de gênero e até mesmo, dá nome às desigualdades existentes na sociedade entre homens e mulheres (SAFFIOTI, 2015).

A nossa sociedade ainda carrega resquícios da naturalização, mesmo que inconsciente, da dominação masculina. E mesmo que as mulheres sofram, infelizmente, violências físicas e morais de todos os tipos, em todos os lugares, o tempo todo o feminismo ainda é tido como algo dispensável. A vítima se cala ou é calada por uma sociedade, que em sua maioria, ainda justifica algumas ações com frases do tipo “isso é coisa de homem/ coisa de mulher” ou “ele pode fazer”, numa espécie de legitimação à “superioridade” masculina. Isto chega a estar enraizado de tal forma que falar de grupos ou práticas de apoio soa como desnecessário, e causa espanto (MATIA, 2017, p. 13).

A partir destas concepções, podemos pensar a violência contra a mulher no seu aspecto histórico, a partir das imposições sociais criadas e reforças pelo patriarcado, pautada na dominação masculina.

Deste modo, a violência contra a mulher oriunda do patriarcado por muito tempo aconteceu de forma encoberta e impune o patriarcado por ser uma estrutura de poder, dá privilégios ao homem em detrimento a mulher, sendo garantido pela cultura e tradições, o qual tem aparato legal e institucional. Assim, para a autora, todo este contexto configura-se na raiz das violências cometidas contra mulheres (BRASIL, 2018).

Neste sentido, podemos pensar a violência contra a mulher com um fenômeno complexo, que causa vários danos a estas mulheres, sejam morais, psicológicos ou físicos e pode ser compreendida como uma ação que usa o poder, ou seja, da força simbólica ou real, uma vez que se manifesta a partir de relações de subordinação e pode causar medo, dependência e até mesmo, isolamento, dependendo do caso. O agressor tem a intenção de dominar a liberdade, corpo e mente da vítima (LEITE *et al*, 2019, p. 02).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), 35% das mulheres no mundo já sofreram violência física e/ou sexual perpetrada por parceiro íntimo. No Brasil, estudo de base populacional mostrou que 43% das brasileiras declararam ter sofrido violência praticada por um homem na vida;

um terço admitiu ter sofrido alguma forma de violência física, 13% sexual e 27% psicológica (LEITE *et al*, 2019, p. 02).

Magalhães (2020), refere que a violência contra mulher acontece de maneira velada, ocasionando violência e injustiça contra mulheres, e isto, as deixou por muito tempo com pouco acesso a educação, mercado de trabalho e/ou cargos políticos. Mas, segundo a autora, nos últimos anos as mulheres vêm lutando para superar esta realidade, através de resistência e buscando seus direitos, sejam sociais ou políticos.

LUTAS, MOVIMENTOS FEMINISTAS E AS MULHERES NEGRAS

Feminismo, ou feministas, são nomenclaturas tão ventiladas nos últimos tempos, porém com pouco aprofundamento ou compreensão do seu real significado por parte de muitos brasileiros, que em sua maioria baseia-se no senso comum ou a utiliza de forma errônea, dando uma conotação ofensiva. Fazendo-se, ainda, nos dias atuais, em pleno século XXI, necessário combater discursos pautados no desrespeito as mulheres e à legitimidade de suas lutas.

Os discursos que trazem o feminismo como algo pejorativo são inúmeros. Estes são proferidos por uma parcela da sociedade e, às vezes, reforçados por líderes, sejam de caráter fundamentalista ou políticos inclinados às perspectivas misóginas. Dessa forma, ignora-se todos as tensões e produções que emergem das lutas de constantes movimento sociais, tais como dos grupos feministas.

Foi através dos estudos de Robert Stoller, que a palavra gênero aparece no âmbito de estudos, diferenciando o masculino e feminino a partir da construção social (ZANELLO, 2018). Mesmo reconhecendo que inúmeros estudos e resistências já vinham sendo presentes desde movimentos sociais e o âmbito acadêmico. Demarcando a desconstrução e desnaturalização dos papéis sociais, o conceito produz efeitos nas análises que parte de relações dinâmicas de poder.

Machado (1998) ressalta que a análise de gênero instaurou um novo paradigma metodológico a partir de três pilares fundamentais: a ruptura com o essencialismo biológico; o privilégio metodológico às relações de gênero em contraposição às categorias substancializadas de homem e mulher; e a afirmação da transversalidade de gênero nas demais áreas do social. Gênero passa, assim, a ser compreendido como uma categoria de análise com estatuto teórico e epistêmico e caráter estruturante da sociedade (SAFFIOTI, 1999A; SCOTT, 1990; SEGATO, 2011) (GUIMARÃES e PEDROZA, 2015, p. 258).

Vale ressaltar que demarcam-se 4 - quatro - movimentos e/ou grupos feministas no âmbito histórico, denominadas “ondas feministas”. No que diz respeito à primeira onda feminista, Butler (2003) demarca historicamente o final do século XIX e início do século XX. Neste período, as reivindicações margeavam o acesso à educação, acesso ao voto e melhores remunerações no âmbito trabalhista; estas reivindicações se davam

originariamente na Europa e Estados Unidos da América - EUA, mas que favoreciam principalmente mulheres brancas diante de um privilégio existente mesmo dentro dos grupos ligados ao gênero feminino. Ou seja, as mulheres negras possuíam pautas próprias ligadas sobretudo ao reconhecimento de suas existências, galgando-se diante dos índices de violência - em todas as suas faces - e o âmbito histórico demarcado pelo processo de escravidão (SILVA, 2020).

Na “segunda onda”, apresenta-se os efeitos dos primeiros movimentos. Ou seja, a produção das lutas constantes provocou estudos sobre gênero no âmbito acadêmico. No entanto, os estudos ainda emergiam pautas de mulheres brancas, que confirmavam-se nos lugares de privilégios, tais como os ambientes de discussões e debates diversos, excluindo os estudos e pautas de mulheres negras.

Foi apenas com a “terceira onda” que iniciam diálogos que legitimam-se pautas das mulheres negras⁷, tais como aspectos de raça, classe, território e memória sendo incorporados aos diálogos acadêmicos e pesquisas (PINHEIRO, SAMPAIO, SAMPAIO e SILVA, 2022). Aspectos analíticos como estes auxiliam-nos a refletir acerca das camadas de desigualdades existentes no diversos âmbitos dos estudos de gênero e sua relação com a diversidade de violências, que às vezes passam de forma camuflada e sutil, mesmo dentro de espaços de lutas e diálogos.

As mulheres negras enfrentam muito mais obstáculos em termos de acesso a recursos legais do que as mulheres brancas. Apesar das conquistas positivas desde a criação da Lei Maria da Penha, a violência contra as mulheres ainda é predominantemente determinada pela raça e classe social das mulheres (ROMIO, 2013).

Atualmente, podemos considerar a existência de um novo momento (uma “quarta onda”?), onde há legitimidade de pautas diversas, emergindo a necessidade de refletir acerca dos estudos de gênero como algo bem mais complexo, considerando, sobretudo, os homens na inserção de pautas feministas, e discutindo aspectos de masculinidades, que também constituem-se enquanto aspectos analíticos ligados aos estudos de grupos e papéis sociais.

Entretanto, afinal, o que diz a literatura sobre feminismo? De um modo particular e geral, é disseminado o feminismo como uma luta por direitos iguais entre homens e mulheres. Contudo esta explicação torna-se rasa quando se pensa na gama de conceitos que abrange a temática. Sendo elas territoriais, de épocas e de grupos de mulheres que se diferenciam entre si. Gurgel, afirma que:

O feminismo desde sua primeira expressão, como sujeito político das mulheres, na França, em 1789, vem se reafirmando como um movimento social que, assim como outros, desenvolve ações de ruptura estrutural-simbólica com os mecanismos que perpetuam as desigualdades sociais e estruturam os pilares

7 Uma das figuras mais poderosas citadas no estudo mostrou que de 2003 a 2013 os assassinatos de mulheres brancas no Brasil caíram 9,8 por cento, enquanto o número de mulheres negras mortas aumentou de 1.864 por ano para 2.875 por ano, um aumento de 54,2 por cento.

da dominação patriarcal capitalista na contemporaneidade (GURGEL, 2010, p. 1).

Por falar em feminismo, Alves e Pitanguy (1991), abordam que este movimento denuncia as opressões vivenciadas por mulheres, além do mais, aponta que as relações interpessoais trazem consigo forma de poder e hierarquia buscando a superação destas estruturas tradicionais que são permeadas por autoritarismo e assimetria.

Pensar o feminismo como um movimento ativo que quebra paradigmas e rompe barreiras contribui para analisar o atual cenário brasileiro e sua construção de desigualdade para este público, o movimento se faz cada vez mais necessário para o reajuste de lugares em que outrora eram eminentemente masculinos, assim como, ocupa-se esses lugares e possibilita ainda mais o debate e desconstrução de ideias machistas que colocam ainda a mulher em condições desiguais e constrangedoras.

O movimento feminista é um movimento sociocultural, que luta por justiça e equidade nas relações entre homens e mulheres e, sobretudo, luta para garantir os direitos humanos, principalmente o das mulheres em função do alto nível de violência e discriminação que padecem. (LISBOA, 2010, p. 69).

É um movimento importante e, portanto, ainda estigmatizado e mal compreendido principalmente por homens que não desejam sair do lugar de privilégio (que também é um aspecto subjetivo, histórico e cultural) e também atravessados por discursos de ódio as mulheres.

Sabemos que os inúmeros movimentos são legítimos e efetivos. Mas nos questionamos acerca dos posicionamentos de caráter legislativos e executivos. Afinal, há a identificação de limitações diante da própria lei Maria da Penha, sobretudo quando apresenta-se diante do objetivo de “[...] restringir a violência ao ambiente familiar, deixando de lado o espaço público, extremamente machista” (HAUBER, 2020, p. 05). Ou seja, a autora (2020), mesmo reconhecendo a relevância da Lei diante do processo garantista e defesa das mulheres, aponta que a Lei Maria da Penha não conseguiu reduzir significativamente os casos de violência contra a mulher no Brasil, baseando-se em dados da ONU.

Entre os anos de 2003 a 2013 os assassinatos de mulheres brancas no Brasil caíram 9,8 por cento, enquanto o número de mulheres negras mortas aumentou de 1.864 por ano para 2.875 por ano, um aumento de 54,2 por cento (ONU, 2015⁸). Os níveis alarmantes de violência contra as mulheres afro-brasileiras podem ser parcialmente atribuídos ao caráter exclusivo das políticas públicas brasileiras, que não incluem a grande maioria das mulheres afro-brasileiras que vivem em áreas empobrecidas e sob a égide patriarcal (SILVA, FALBO e CABRAL, 2009).

Muitas das disparidades entre as comunidades negras e brancas são fruto de uma longa história de leis e políticas discriminatórias e desumanas que criaram e exacerbaram

8 Fonte: < <https://www.onumulheres.org.br/noticias/homicidio-contra-negras-aumenta-54-em-10-anos-aponta-mapa-da-violencia-2015/> >.

a desigualdade em quase todas as esferas da vida, e obviamente isso afeta diretamente o cenário de vida de mulheres negras (PACHECO, 2008). O Brasil não oferece outra perspectiva senão o ciclo de violência que tem suas raízes na era da escravidão, ou seja, rebelião contra uma sociedade hostil e violência mútua. Enquanto os brancos são tão intocáveis hoje quanto eram naquela época, a violência sofrida contra a população negra tem números assustadoramente maiores desde o período pós-abolição (SILVA, 2008).

Na ausência de leis para proteger as mulheres escravas negras, o abuso serviu para controlá-las, o que provavelmente afetou sua autoestima e valor próprio. O linchamento também foi usado para punir mulheres e homens, com grande destaque para negros, que buscavam a igualdade social se amparando nas ampliações das noções de cidadania e não em direitos civis, ultrapassando limites estabelecidos pela racialização e pela escravidão (SOUZA, 2008).

Para as mulheres negras, os riscos de violência doméstica são extremamente altos. Uma jovem negra tem 2,19% mais chances de ser assassinada do que uma jovem branca (BRASIL, 2017). No entanto, sua primeira resposta geralmente não é relatar o que estão vivenciando. Elas também são menos propensas a visitar órgãos de apoio ou receber serviços do poder público, permanecendo em silêncio (SILVA, FALBO e CABRAL, 2009).

As mulheres negras geralmente relutam em chamar a polícia por causa das injustiças anteriores que testemunharam ou sofreram. Esse motivo também as impede de apresentar queixa contra seus agressores (SILVA, 2008). Também é importante observar que a grande maioria dos homicídios de mulheres negras não está relacionada a nenhum outro crime. Na maioria das vezes, essas mulheres foram mortas durante uma discussão. E, pelo menos metade dos assassinatos foi resultado de violência doméstica. Além disso, a violência armada desempenha um papel predominante nos homicídios entre mulheres negras (CASTRO e ROCHA, 2006).

Nesse sentido, nos questionamos o quanto os movimentos e espaços de diálogos acadêmicos e profissionais vem sendo importantes para a consolidação dos diálogos de gênero na sociedade. Mas, para além, questiona-se diante da legitimidade desses espaços quando se fala de pautas das mulheres negras.

O ocultamento dos diálogos também faz parte das estratégias da necropolítica cotidiana (MBEMBE, 2011). Este conceito é refletido diante do poder de delimitar os grupos que possuem legitimidade para viver e quem deve morrer. Ou seja, esse corpo “matável” é aquele que está em risco de morte a todo instante devido ao parâmetro definidor primordial da raça.

Dessa forma, o silenciamento de discursos também soa como uma forma de silenciamento desses grupos, da morte simbólica, da desrazão ou do descaso com tais populações. Vale ressaltar, que, por vezes, isso ocorre mesmo diante do que denominamos como epistemicídio de culturas ou saberes diversos, no silenciamentos cotidianos.

Portanto, como aborda Bordieu (2002), a principal conquista do feminismo foi tornar

as discussões da dominação masculina mais atuais e presentes, e assim, vem ao longo do tempo deixando de ser um assunto velado. Mas as pautas, em sua complexidade, vêm apresentando-se diante de sua realidade desigual no que tange os atravessamentos de gênero, raça e classe?

CONSIDERAÇÕES, FINAIS

O contexto pandêmico ocasionado pela COVID-19 vem ocasionado pelo isolamento social como tática de enfrentamento à sua não proliferação e contaminação. Com tal realidade, muitas mulheres estão convivendo com parceiros e as diversas faces da violência.

Mesmo reconhecendo os diversos mecanismos de denúncias e intervenções⁹ aos casos de violência contra às mulheres, ainda são escassas as estratégias que englobem as reais situações da realidade brasileira, tal como a violência contra às mulheres negras.

E assim, muitas mulheres também encontram-se longe dos seus vínculos de amizades e familiares, o que pode propiciar o aumento da violência doméstica e familiar. Afinal, mulheres negras sofrem abusos e violência em taxas excepcionalmente altas. Mas os desafios que enfrentam para obter a ajuda de que precisam muitas vezes as deixam se sentindo sozinhas e isoladas. Ao abordar as preocupações e desafios únicos com os quais as mulheres negras devem lidar, em vez de desenvolver uma mentalidade de tamanho único, as comunidades devem se tornar mais eficazes no tratamento da violência doméstica na comunidade negra.

Para tal, faz-se necessário sobressair ao âmbito desigual -histórico e cultural- de uma sociedade galgada no domínio e escravidão o que reflete, hoje, em uma população negra que possui menos acesso a serviços de saúde, educação, oportunidades de trabalho e conscientização em diversos aspectos. Somente uma rede de apoio para o combate aos alarmantes números que vitimizam mulheres pode não ser o suficiente, é importante que conceitos e aspectos que perpetuam esse cenário sejam extintos. É importante que uma rede para ensino e extinção de conceitos incutidos na sociedade que marginalizam a população negra e vitimiza suas mulheres seja fundamentada para este fim.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Neuma. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. **Sociedade e estado**, v. 15, n. 2, p. 303-330, 2000. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/se/v15n2/v15n2a06.pdf> >.

9 Disque direitos humanos - conhecido também como disque 100 / 180; as delegacias especializadas, dando ênfase à Delegacia Especializada da Mulher - DEAM; defensorias públicas; Juizados especializados de violência doméstica e familiar contra a mulher; Serviços de saúde em geral e/ou especializado em violência doméstica e sexual; casas de acolhimento provisório para vítimas de violência domésticas; casas-abrigo; centros especializados de atendimento à mulher, dentre outros (BRASIL, 2011).

ALVES, B. M., & PITANGUY, J. **O que é feminismo?** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BORDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL, ONU MULHERES. **Violência contra as mulheres e meninas é pandemia invisível, afirma diretora executiva da ONU Mulheres**. Disponível em: < <https://www.onumulheres.org.br/noticias/violencia-contra-as-mulheres-e-meninas-epandemia-invisivel-afirma-diretora-executiva-da-onu-mulheres/> >

_____. Lei 11.340 (MARIA DA PENHA). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm>. Acesso em: 23 maio 2021.

_____. CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Violência contra a mulher: um olhar do Ministério Público brasileiro** / Conselho Nacional do Ministério Público. – Brasília: CNMP, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CISNE, Miria. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo:Cortez, 2014.

CASTRO, Regina de, ROCHA, Luciene, O. A Questão da Violência Doméstica e as Mulheres Negras. 3ª Edição; Cartilha Protegendo as Mulheres da Violência Doméstica. Fórum Nacional em Direitos Humanos, 2006.

DE OLIVEIRA, OLIVEIRA e CARDOSO. **Reflexos do machismo estrutural brasileiro em tempos de covid 19: quando o distanciamento social é tão letal quanto o vírus**. ISSN: 2177-8337 -Revista da SJRJ, Rio de Janeiro, v. 24, n. 49, jul./out. 2020, p. 93-111. Disponível em: < <http://revistaauditorium.jfrj.jus.br/index.php/revistasjrj/article/view/466/280>>.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

GUIMARÃES, M. C.; PEDROZA, R. L. S. Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas *In*. **Revista Psicologia & Sociedade**. 27(2), 256-266, 2015. Disponível em: < <https://www.scielo.br/lj/psoc/a/Dr7bvbkMvcYSTwdHDpdYhfn/?format=pdf&lang=pt> >.

GURGEL, Telma. Feminismo e luta de classe: história, movimento e desafios teórico-políticos do feminismo na contemporaneidade. **Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**. Disponível em: <http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1277667680_ARQUIVO_Feminismoelutadeclasse.pdf>.

HAUBER, Gabriella. Por que o termo feminicídio incomoda tanto? um estudo de caso de comentários de posts da página do Facebook do Jornal O Globo. **Cadernos Pagu** [online]. 2020, n. 59. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/18094449202000590013> >.

HIRIGOYEN, M. **A Violência no Casal: da coação psicológica à agressão física**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HÜNING, S. M; SCISLESKI, A. C. C. Ressonâncias de uma epistemologia foucaultiana em psicologia social. **Psicol. Soc.**, Recife, v. 30, 2018.

KHEL, Maria Rita. **Deslocamento do feminino**. Rio de Janeiro: Imago, 2007

LANE, Silvia T. M. **O que é psicologia social?** São Paulo: Brasiliense, 2006.

LEITE, Franciéle Marabotti Costa *et al.* Violência contra a mulher e sua associação com o perfil do parceiro íntimo: estudo com usuárias da atenção primária. **Revista Brasileira de Epidemiologia** [online]. 2019, v. 22.

LISBOA, Kleba. Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão. **Rev. Katál.** Florianópolis v. 13 n. 1 p. 66-75 jan./jun. 2010. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/rk/v13n1/08.pdf> >.

MAGALHÃES, E. Femicídio e suas interfaces com o patriarcado em tempos de Covid-19. **Revista Espaço Acadêmico**. n. 224. set/out.2020. Disponível em: < [file:///C:/Users/Samsung/Downloads/54784-Texto%20do%20artigo-751375209086-1-10-20200920%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Samsung/Downloads/54784-Texto%20do%20artigo-751375209086-1-10-20200920%20(1).pdf) >.

MARQUES, T. M. **Violência conjugal: estudo sobre a permanência da mulher em relacionamentos abusivos**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2011.

MATIA, Wédja R, M. Feminismo e empoderamento da mulher na sociedade brasileira **Revista Cadernos de Clio**. v. 8, n. 1 (2017). Disponível em:<<https://revistas.ufpr.br/cli/article/view/53648/36807>>.

PACHECO, Ana C. L. **Gênero, raça, escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador**. 2008. trabalho apresentado ao Congresso Fazendo Gênero 8 - Corpo Violência e Poder. Florianópolis, ago. 2008.

PINHEIRO, Ana C. C.; SAMPAIO, Vanessa L. F.; SAMPAIO, Valber L. F.; SILVA, Jéssica M. S. e. Notas acerca de um grupo de mulheres no centro de referência especializado de assistência social - CREAS In: LEMOS, Flávia C. S. *et al.* **O dispositivo gênero-sexualidade-racismos e a educação libertária: ensaios analíticos de Psicologia Social**. Curitiba: CRV, 2022.

ROMIO, Jackeline A. F. A vitimização de mulheres por agressão física, segundo raça/cor no Brasil. In: MARCONDES, Mariana M. *et al.* (Org.) **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: IPEA, 2013.

SAFFIOTI, H. **Gênero patriarcado violência**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SILVA, A. C. L. F. **Reflexões sobre o paradigma pós-moderno e os estudos históricos de gênero**. *Brathair*, 8(2), 75-84, 2008.

SILVA, Jéssica M. de S. e. **Violência contra a mulher: um estudo de caso na internet**. Curitiba: CRV, 2020.

SILVA, M. A., FALBO, N. G. H., CABRAL, F. J. E. Maus-tratos na infância de mulheres vítimas de violência. **Psicologia em Estudo**. 14(1): pp. 121-127, 2009.

SOLNIT, Rebecca. **A mãe de todas as perguntas: reflexões sobre os novos feminismos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SOUZA, Claudete A. da S. **A solidão da mulher negra - sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil, 2008.

TAQUETTE, Stella R. Interseccionalidade de Gênero, Classe e Raça e Vulnerabilidade de Adolescentes Negras às DST/AIDS. **Saúde Sociedade**. São Paulo. v.19, sup. 2, p. 51-62, 2010.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Curitiba, 2018.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ações políticas 1, 7

Amotinadas 3, 1, 3, 4, 5, 6, 7

Analfabetismo 67, 68, 69, 70, 73, 75, 77, 217, 218, 225

Aprendizagem 21, 146, 190, 191, 196, 198, 208, 211, 219

Artes da cena 1, 2, 5, 8

Aspectos histórico-culturais 86

B

BNCC/2017 79, 80, 81, 82, 84

C

Capitã marvel 3, 9, 12, 13, 14, 16, 18, 21

Casa de parto 164

Cinema 9, 10, 11, 21

Cognição 128, 190, 208, 210

Contexto urbano 5, 176, 177, 181

Contrassexualidade 98, 102, 103

Corpo gordo 5, 154, 159, 162

D

Desarrollo de capacidades 3, 48, 50, 51, 110, 114, 115, 117

Desarrollo humano 48, 109, 110, 116, 117, 119

Diferença 139, 148, 157, 160, 164, 169, 189, 190, 191, 192, 193, 196, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 225

E

Educação 6, 4, 5, 7, 22, 23, 33, 34, 36, 38, 43, 47, 67, 68, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 91, 95, 97, 104, 127, 133, 134, 142, 143, 146, 160, 161, 162, 165, 176, 192, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227

Educación sexual integral 48, 50, 51, 52

Epidemiologia 97, 120, 121, 130, 211

Escolarização 3, 67, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 216, 217, 224

Escuela 3, 48, 50, 52, 53, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 119, 210

Esporte 3, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34

F

Feminicídio 5, 87, 96, 97, 133, 134, 137, 139, 140, 150, 151, 152, 153

Feminismo 3, 3, 4, 8, 9, 10, 12, 21, 22, 32, 43, 52, 53, 65, 85, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 140, 153, 162, 175

G

Gênero 1, 2, 3, 4, 2, 4, 9, 10, 11, 12, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 47, 69, 71, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 127, 128, 134, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 146, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 168, 171, 172, 174, 181, 186, 187, 190, 209, 210, 211, 212

H

Heranças educativas 67, 68, 70, 71, 73, 75, 77

Humanização 5, 164, 165, 167, 170, 171, 172, 173, 174, 175

I

Identidade 12, 25, 26, 27, 30, 32, 34, 35, 36, 37, 43, 82, 84, 85, 89, 96, 98, 101, 104, 105, 106, 107, 156, 158, 162, 175, 179, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 225

Indígena 109, 110, 111, 112, 114, 116, 151

Interculturalidad 109, 110, 114, 116, 117, 118, 119

Intersexo 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 38

L

Literatura 92, 98, 99, 101, 102, 103, 107, 128, 129, 154, 158, 160, 161, 208

M

Maternidad 3, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66

Migrante 109, 110, 182, 183, 184, 185, 188

Motim 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8

Mulher 4, 5, 12, 20, 22, 86, 87, 88, 89, 95, 122, 126, 127, 130, 131, 133, 134, 135, 140, 142, 154, 167

Mulheres 2, 3, 4, 1, 2, 3, 4, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 36, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 105, 121, 122, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 189, 191, 192, 196, 197, 198, 206, 207, 209, 211, 213, 215, 218, 222

Mulheres negras 4, 19, 20, 86, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 164, 166, 168, 171, 175
Mulheres venezuelanas 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 187

N

Necropolítica 4, 86, 94, 97

Notificação 120, 121, 122, 123, 125, 126, 128, 130, 132

P

Pedagogias feministas 1

Plano de desenvolvimento institucional 35, 38, 43

PMEA-TO/2015 79, 80, 81, 82, 83, 84

PNE/2014 79, 80, 81, 82, 84

R

Redes sociais 105, 139, 176, 178, 187, 188, 189

Representação 9, 11, 12, 20, 21, 24, 32, 98, 99, 101, 103, 108, 153, 157, 158, 195, 196

S

Sexo 10, 14, 17, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 37, 52, 53, 56, 65, 66, 84, 86, 88, 103, 104, 108, 114, 119, 120, 123, 124, 125, 127, 129, 135, 136, 137, 139, 144, 145, 146, 148, 150, 152, 153, 157, 158, 160, 162, 166, 174, 188, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 199, 204, 206, 208, 210, 211

Sistema de informação 120, 121, 122, 123, 125, 126, 132

T

Teoria queer 33, 34, 98, 99, 102

Transexualidade 98, 100, 104

U

Universidades 1, 35, 36, 37, 38, 41, 42, 152

V

Violência 4, 5, 19, 38, 42, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 104, 107, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 164, 169, 176, 181

Violência doméstica 4, 87, 88, 94, 95, 96, 130, 133, 134, 137, 138, 139, 140, 143, 149, 150, 151, 152

Violencia hacia las mujeres 48, 49, 53

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

GÊNERO E SEXUALIDADE: Lugares, história e condições




Atena
Editora
Ano 2022

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

GÊNERO E SEXUALIDADE: Lugares, história e condições



Atena
Editora

Ano 2022